



GT 006. Alimentação, Cultura e Direitos Sociais

Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a, Rogéria Campos de Almeida Dutra (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - Debatedor/a, Sandra Simone Queiroz de Moraes Pacheco (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA) - Debatedor/a, Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Debatedor/a

O projeto de construção de uma comunidade global baseada em padrões universais e progressivos de decência, moralidade e dignidade humanas constitui uma das grandes transformações do século XX, tendo como marco significativo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse âmbito, o Direito Alimentar tem sido objeto da reflexão antropológica desde 1940 e a crescente sua participação no debate contemporâneo em função de sua interconexão com a crise alimentar em suas diferentes facetas, tais como: mecanismos institucionais de poder e práticas administrativas, relações de dominação entre grupos e nações, crise ecológica e produção em larga escala, concentração de renda e empobrecimento de grandes contingentes populacionais, relações entre saberes tradicionais e saber científico etc. No Brasil, a Constituição de 1988 representou um avanço significativo na possibilidade de consolidação de um conjunto de Direitos Sociais, dos quais a alimentação ocupa um lugar central, seja na efetivação da dignidade humana e cidadania, seja na possibilidade dos grupos sociais reproduzirem suas existências nos seus lugares de atuação. Assim, o GT busca assegurar e ampliar o espaço de discussão da Antropologia da Alimentação e colocar em perspectiva questões relativas aos riscos e controvérsias sobre a segurança alimentar e nutricional, dos ativismos políticos e das políticas públicas, que assegurem o direito à alimentação, soberania e cultura alimentar nos seus aspectos multidimensionais.

Consumo e cidades: o acesso ao alimento considerado saudável no contexto urbano

Autoria: Janine Helfst Leich Collaço

Esta proposta deu continuidade ao work desenvolvido anteriormente no qual analisei, sob diferentes aspectos, dinâmicas urbanas e mudanças alimentares, pensando a partir de distintas perspectivas teóricas da antropologia para explorar novos aspectos da relação entre alimentação e cidades. Neste ponto, partiu-se do pressuposto que a cidade permite o encontro entre distintos grupos culturais, com seus modelos e práticas atuando diretamente no consumo alimentar, na apropriação do espaço, bem como naquilo que é considerado saudável, confrontando lógicas que vão desde o discurso científico e médico até o discurso cotidiano, popular, doméstico. A questão levantada foi pensar o comer considerado saudável e o seu acesso na cidade, ampliando a perspectiva para além da produção. Nesse sentido, a pesquisa ainda está em andamento mas já foi possível vislumbrar alguns aspectos que operam em diferentes níveis e impactam as escolhas alimentares que articulam produção, distribuição, diversidade cultural e social, concepções do que é local, universal, global. A pesquisa se valeu da comparação de três cidades: Goiânia, Brasília e São Paulo o que permitiu, inicialmente, rever a literatura sobre os conceitos de segurança e soberania alimentar, bem como a ideia de food deserts. Surgiram várias questões: o que há de diferente nessas cidades que se apropriam de formas particulares do alimento? Quais os impactos dos imaginários urbanos? A importância dos novos espaços de consumo em comparação aos espaços mais tradicionais de comércio como mercados públicos e feiras livres? Assim, apresento aqui alguns dados preliminares das primeiras explorações do campo, ressaltando a extrema complexidade do tema, pois não basta oferecer alimentos considerados



saudáveis pelos especialistas, mas discutir as bases dos sistemas alimentares e avaliar os meios pelos quais seria possível alterar o acesso desigual a diferentes tipos de alimentos.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

